

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ilhabela



Rua Joaquim Sampaio de Oliveira, 55 – Perequê – CEP 11630-000
Estado de São Paulo – Brasil – Fone/Fax (012) 3896-3449 CNPJ 07.984.395/0001-53
HOME PAGE – <http://www.ilhabelaprev.com.br>



RESOLUÇÃO Nº. 004/2021

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL ILHABELA PREV

O Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ilhabela – ILHABELAPREV, elaborou e votou o seu REGIMENTO INTERNO, o qual faz publicar a seguir:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ilhabela – ILHABELAPREV, consoante disciplina do artigo 17 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº. 1052/2014 deverá manter em permanente funcionamento o Conselho Fiscal, órgão fiscalizador das finalidades da Autarquia Previdenciária Municipal, devendo assegurar o acesso as informações e a participação aos servidores segurados e beneficiários.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho Fiscal do ILHABELAPREV será constituído por 05 (cinco) membros do quadro de servidores titulares de cargos efetivos ativos e inativos, cujo mandato terá duração de 03 (três) anos, segundo a composição a seguir:

- I – 01 (um) membro indicado pelo Prefeito Municipal;
- II – 01 (um) membro indicado pelo Presidente da Câmara Municipal;
- III – 02 (dois) servidores ativos eleitos pelos servidores ativos;
- IV – 01 (um) servidor inativo eleito pelos servidores aposentados.

§ 1º. O Prefeito do Município nomeará, mediante Decreto, os membros indicados e eleitos do Conselho Fiscal.

§ 2º. A nomeação dos membros do Conselho Fiscal far-se-á na primeira quinzena do mês subsequente ao término do mandato do Conselho anterior, sendo indelegável a função investida.

§ 3º. O Presidente e o Vice-Presidente, que em atendimento à determinação do Ministério da Previdência Social – MPS deverão ter Certificação Profissional ANBIMA Série 10 (CPA 10), serão eleitos pelo voto da maioria dos membros do Conselho Fiscal.

§ 4º. Perderá o mandato o Conselheiro que não participar de 03 (três) reuniões sucessivas ou 05 (cinco) intermitentes ao longo do seu mandato, sem que haja justificativa das ausências, formalmente aceita por seus pares.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ilhabela



Rua Joaquim Sampaio de Oliveira, 55 – Perequê – CEP 11630-000
Estado de São Paulo – Brasil – Fone/Fax (012) 3896-3449 CNPJ 07.984.395/0001-53
HOME PAGE – <http://www.ilhabelaprev.com.br>



§ 5º. Extingue-se o mandato do Conselheiro que falecer, renunciar ou for destituído por determinação do órgão ou entidade indicadora, prevalecendo a composição descrita no *caput* e incisos deste artigo com novas indicações.

§ 6º. O valor do jeton pelas deliberações será equivalente a 25% da referência 1 em benefício dos Conselheiros ou equivalente a 50% da referência 1 àqueles que possuam Certificação Profissional ANBIMA Série 10 (CPA 10), certificação profissional oferecida aos aprovados em exame realizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

CAPÍTULO III – DOS CONSELHEIROS

Art. 3º. Constituem obrigações dos membros titulares do Conselho Fiscal:

I – Apresentar-se às reuniões do Conselho Fiscal, delas participando, sendo-lhe assegurado fazer o uso da palavra, bem como, formular proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria concernente às atribuições do Conselho e realizar os cometimentos inerentes ao exercício do mandato de Conselheiro;

II – Desempenhar as atribuições para as quais foi designado, deles não se escusando, exceto por motivo justificado, que será apreciado pelo Conselho;

III - Apresentar, dentro do prazo estabelecido, pareceres que lhe forem solicitados;

IV – Ser depositário fiel, para efeitos legais e administrativos, de processos, papéis, documento e outros expedientes, com a vista para estudos ou pareceres;

V – Comunicar ao Presidente do Conselho, para providências deste, quando por motivo justo, não puder comparecer às reuniões;

VI - Participar de atividades formativas deliberadas pelo Conselho Fiscal, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo;

VII – cumprir este Regimento Interno;

§ 1º. Em caso de afastamento temporário ou impedimento, o Conselheiro deverá justificar a sua ausência às reuniões, por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, hipótese em será representado pelo seu suplente, após nomeação pelo Prefeito do Município.

§ 2º. Se o Conselheiro, após superado o motivo de seu afastamento temporário ou impedimento, permanecer ausente sem justificativa, restará caracterizada hipótese § 2º do artigo 2º deste Regimento Interno, cumprindo ao Presidente do Conselho informar ao Prefeito do Município esta situação, a fim de que seja nomeado em definitivo o respectivo suplente.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ilhabela



Rua Joaquim Sampaio de Oliveira, 55 – Perequê – CEP 11630-000
Estado de São Paulo – Brasil – Fone/Fax (012) 3896-3449 CNPJ 07.984.395/0001-53
HOME PAGE – <http://www.ilhabelaprev.com.br>



CAPÍTULO IV – DA COMPETÊNCIA

Art. 4º. Compete ao Conselho Fiscal do ILHABELAPREV:

I – emitir parecer sobre balancetes mensais e sobre o balanço anual apresentado pelo contador do ILHABELAPREV;

II – encaminhar ao Conselho Administrativo as glosas e impugnações conferidas por seus membros, para as providências que o Conselho Fiscal entender necessárias;

III – acompanhar as auditorias determinadas pelo Conselho Administrativo ou pela Diretoria Executiva do ILHABELAPREV;

IV – acompanhar e fiscalizar a execução dos planos anuais de custeio, do orçamento, dos investimentos financeiros do ILHABELAPREV e correta concessão de benefícios, com vista a garantir os equilíbrios atuarial e financeiro do sistema previdenciário municipal;

V – propor à Presidente do ILHABELAPREV medidas que atender necessárias para uma transparente e eficiente gestão da autarquia;

VI – encaminhar anualmente à Presidente, até o mês de fevereiro, o seu relatório geral de exercício anterior do ILHABELAPREV;

VII – requisitar à Diretoria Executiva e ao Presidente do Conselho Administrativo as informações e diligências necessárias ao exercício de suas atribuições, notificando-os, quando necessário, para providências e correção de eventuais irregularidades verificadas;

VIII – fiscalizar as aplicações e investimentos financeiros dos recursos de natureza previdenciária do ILHABELAPREV;

IX – acompanhar o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias das partes obrigadas com o custeio do regime previdenciário; e

X – elaborar, conferir e assinar, ainda que por maioria de seus membros, atas de reuniões e de deliberações consoante com as atribuições conferidas legalmente ao Conselho Fiscal e apresentar originais aos cuidados da Diretoria de Finanças e Administração.

XI – elaborar e aprovar o procedimento eleitoral, em conjunto com o Conselho Administrativo, em conformidade com os dispositivos estabelecidos em Lei Complementar;

XII - Zelar pela gestão econômico-financeira;

XIII - Examinar o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão;

XIV - Verificar a coerência das premissas e resultados da avaliação atuarial;

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ilhabela



Rua Joaquim Sampaio de Oliveira, 55 – Perequê – CEP 11630-000
Estado de São Paulo – Brasil – Fone/Fax (012) 3896-3449 CNPJ 07.984.395/0001-53
HOME PAGE – <http://www.ilhabelaprev.com.br>



XV - Acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos;

XVI - Examinar, a qualquer tempo, livros e documentos;

XVII - Emitir parecer sobre a prestação de contas anual da unidade gestora do RPPS, nos prazos legais estabelecidos;

XVIII- Relatar as discordâncias eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras.

Art. 5º. Ao Presidente do Conselho Fiscal do ILHAEBLAPREV, que será eleito nos termos deste Regimento Interno caberá:

I – convocar e presidir as reuniões do Conselho com direito a voto de desempate;

II – encaminhar à Diretoria Executiva e ao Conselho Administrativo do ILHAEBLAPREV as deliberações do Conselho Fiscal, acompanhando o cumprimento das orientações e determinações, desde que, consoante com as prescrições da Lei Complementar Municipal nº. 1052/2014;

III – representar interna e externamente o Conselho Fiscal sob os aspectos legais e institucionais; e

IV – cumprir outras determinações estabelecidas pelo Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V – DAS REUNIÕES

Art. 6º. O Conselho Fiscal reunir-se-á de forma ordinária, mensalmente, por convocação de seu Presidente ou, extraordinariamente a qualquer tempo, convocado por sua Presidência ou pelo Presidente do ILHABELAPREV, sendo as deliberações do Conselho Fiscal tomadas por maioria de seus membros, presente nas respectivas reuniões, convocadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, nos termos deste Regimento Interno.

Parágrafo único. As convocações para as reuniões extraordinárias deverão ser efetuadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, mediante convocação do Presidente, ou de 03 (três) conselheiros.

Art. 7º. O Conselho Fiscal do ILHABELAPREV reunir-se-á na sede da Autarquia Previdenciária Municipal, salvo designação justificada de outro local pelo Presidente do Conselho Fiscal.

Art. 8º. O quorum mínimo para instalação e funcionamento do Conselho Fiscal do ILHABELAPREV é de 03 (três) membros.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ilhabela



Rua Joaquim Sampaio de Oliveira, 55 – Perequê – CEP 11630-000
Estado de São Paulo – Brasil – Fone/Fax (012) 3896-3449 CNPJ 07.984.395/0001-53
HOME PAGE – <http://www.ilhabelaprev.com.br>



§ 1º. As decisões dar-se-ão por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho Fiscal o voto de qualidade.

§ 2º. A votação será nominal e, eventual voto divergente poderá ser redigido pelo seu prolator, se assim entender necessário, e anexado ao respectivo termo de deliberação da maioria, consignando-se o fato em ata.

Art. 9º. O Presidente do Conselho Fiscal poderá solicitar a participação do Diretor-Presidente ou do Diretor de Finanças e convocar qualquer servidor do ILHABELAPREV para prestar esclarecimentos sobre matéria submetida à discussão na sessão.

Art. 10º. Nas reuniões ordinárias do Conselho Fiscal os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

I – verificação do número de conselheiros presentes;

II – leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III – comunicações do Presidente do Conselho;

IV – conhecimento, discussão e deliberação de matérias, expedientes, processos e demais documentos de interesse do Conselho;

V - manifestação dos conselheiros;

VI – convocação para a reunião subsequente e encerramento.

CAPÍTULO VI – DAS ATAS

Art. 11º. Das reuniões do Conselho Fiscal serão lavradas atas, que serão lidas para fins de aprovação pelos presentes, que a assinarão e que ficarão sob a guarda e responsabilidade do Diretor de Finanças e Administração.

§ 1º. Cópia da ata poderá ser remetida aos Conselheiros por meio eletrônico e por cópia reprográfica quando solicitado.

§ 2º. Todas as atas terão cópias afixadas no átrio do ILHABELAPREV e publicadas na internet e, se necessário, no Diário Oficial do Município de Ilhabela – SP.

§ 3º. As deliberações ou decisões do Conselho Fiscal, após transcritas em ata e quando expressamente decidido serão transformadas em Resoluções sempre que a relevância do assunto o exigir.

Art. 12º. A ata das reuniões do Conselho Fiscal conterá:

I – dia, mês, ano da reunião, a hora em que foi aberta e encerrada, assim como o local em que foi realizada;

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ilhabela



Rua Joaquim Sampaio de Oliveira, 55 – Perequê – CEP 11630-000
Estado de São Paulo – Brasil – Fone/Fax (012) 3896-3449 CNPJ 07.984.395/0001-53
HOME PAGE – <http://www.ilhabelaprev.com.br>



II – o nome do Presidente que dirigiu os trabalhos;

III – os nomes dos Conselheiros presentes, eventuais entidades representadas e assessores ou técnicos presentes;

IV – registro de eventuais suplentes presentes;

V – as comunicações do Presidente;

VI – matérias objeto de discussão e deliberação;

VII – manifestações de interesse dos Conselheiros e seus votos, quando contrários à maioria;

VIII – outros assuntos relevantes.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta de maioria simples e aprovação de maioria absoluta dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 14º. Os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regulamento Interno, em relação ao funcionamento do Conselho Fiscal do ILHABELAPREV, serão por ele solucionados.

Art. 15º. Este regimento entra em vigor na data da sua publicação.

Ilhabela, 24 de março de 2021.

Beatriz Schelegel Bello.....

Edna Maria de Souza Santos.....

Emerson Afonso Leite Pannace.....

Juliana Tominaga Mussato.....

Petrônio Pereira Gomes de Sá.....